



FZDZ Gênero na ECA: jornalismo nos estudos de gênero

Claudia Lago¹
Fernanda Castilho²
Gean Oliveira Gonçalves³
Gabriel Razo da Cunha⁴

Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar mapeamento e análise dos trabalhos apresentados no Encontro Fazendo e Desfazendo Gênero (FZDZ) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), entre 2017 e 2022, enfocando os estudos de jornalismo. Após uma breve revisão da literatura acerca das questões que envolvem jornalismo e gênero, as análises se concentraram em observar, a partir da análise de estatísticas textuais e divisão por categorias, quais temáticas predominam neste recorte de textos. Os resultados apontam crescimento do número de trabalhos, com predominância dos assuntos ligados às mulheres (representações, feminismos e mercado de trabalho). Em menor escala, as questões LGBTQIAP+, questionando veementemente a binaridade dos gêneros. Por último, a interseccionalidade aparece de forma muito tímida, indicando que há muito caminho a ser trilhado na pesquisa em jornalismo e gênero.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Pesquisa em jornalismo; FZDZ Gênero; Estatísticas textuais; Categorias temáticas.

¹ Professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, onde atua no Departamento de Comunicações e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (ECA/USP). É coordenadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA/USP). E-mail: claudia.lago07@usp.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Doutora e mestre pela Universidade de Coimbra (Portugal). E-mail: fernanda.castilho@cpspos.sp.gov.br.

³ Professor do curso de Jornalismo do Centro Universitário FIAM-FAAM. Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: gean.goncalves@fmu.br.

⁴ Graduado na Licenciatura em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes - ECA da Universidade de São Paulo - USP, em 2021. Educomunicador, Coordenador de comunicação no IBEAC. Pesquisa e estuda as áreas de comunicação, educação e educomunicação como direito humano e para a transformação social. E-mail: contatogabrielrazo@gmail.com

1. Introdução

O Encontro Fazendo e Desfazendo Gênero (FZDZ) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) teve sua primeira edição em 2017, ancorado no projeto de Extensão Diversidade na ECA⁵, que conta com o suporte da USP mediante o pagamento de bolsas do Programa Unificado de Bolsas (PUB), na modalidade Extensão. O projeto que engloba o evento tem o objetivo de promover atividades para ampliar, fomentar a discussão sobre a Diversidade, criando ações de extensão e cultura e espaços de discussão/problematização sobre as diferenças de gênero, étnico/raciais, classe, etc., no interior da ECA. Além do FZDZ Gênero, foram e são realizadas ações que enfocam o machismo/sexismo nos espaços acadêmicos, questões étnico-raciais e pesquisas com enfoque LGBTQIAP+, adoecimento psíquico, entre outras. O FZDZ Gênero, no entanto, é um evento que acontece anualmente desde o início do projeto e tem se tornado um espaço ímpar de apresentação de pesquisas e produções artísticas que aproximam as Comunicações e Artes do campo de estudos de gênero, para fora dos muros da instituição.

Foi idealizado com base na constatação de que esta aproximação é tênue (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016) e que o campo da comunicação (especialmente), apesar da centralidade dos processos midiáticos e comunicacionais enquanto tecnologias de gênero (DE LAURETIS, 2019), tinha, na época de sua idealização, pouca aderência a pensar processos e produtos a partir da perspectiva de gênero e sexualidades. Apesar de percebermos um aumento de pesquisas neste sentido, a produção de conhecimento na interface comunicação e gênero ainda é tímida, se cotejarmos com o conjunto do que é produzido na academia como um todo e, mais ainda, com a necessidade desta aproximação.

Seu nome deriva da junção do nome de dois eventos centrais no campo de estudos de gênero no Brasil, o primeiro o Fazendo Gênero, evento internacional que acontece desde 1994, a cada dois anos, na Universidade Federal de Santa Catarina e reúne de 8 a

⁵ O projeto, na verdade tem o título *Alteridade na ECA: construindo ferramentas e espaços de discussão e convivência a partir de pressupostos Educomunicativos*, mas é conhecido pela “abreviatura” Diversidade na ECA.

10 mil pessoas – acadêmicas/os/es e militantes – em inúmeros Seminários Temáticos, Oficinas, Conferências, Mesas Redondas, Workshops, etc. O evento, por si só, indica a interdisciplinaridade do campo de estudos de gênero, bem como sua amplitude. O segundo é o evento Desfazendo Gênero, que acontece desde 2015, também a cada dois anos, em cidades no nordeste do Brasil e tem como objetivo radicalizar a proposta dos estudos de gênero a partir dos estudos queer e de corpos dissidentes. O nome é uma justa homenagem a estes dois polos de divulgação e fomento das pesquisas em gênero e sexualidades no Brasil.

Dentro da perspectiva de fomentar e divulgar as pesquisas no campo das comunicações e artes, o FZDZ, desde o princípio, é gratuito e reúne, sem distinção, pesquisas (e propostas artísticas) de todos os níveis, produzidas por pessoas na graduação, pós, ou já em carreiras mais consolidadas. Esta estratégia se ancora em duas premissas: a primeira, a importância do estímulo às pesquisas na interface comunicação/artes e estudos de gênero e a segunda a observação empírica de que a maior parte das pessoas inseridas nestas pesquisas está em níveis iniciais. Pelo menos nos anos iniciais do evento este era um fator evidente, o que tem se modificado recentemente, já que muitos/as dos/as que pesquisavam naquela época, enquanto estudantes de pós, hoje em dia já têm doutorado e continuam com pesquisas nesta interface.

Neste sentido, entre 2017 e 2022 foram apresentados um total de 329 trabalhos⁶ em diferentes níveis e estágios de pesquisa, da graduação ao pós-doutorado, todos agrupados em mesas temáticas de forma a dar oportunidade de diálogo a todas as propostas aderentes ao evento. Para a realização deste artigo, fizemos um recorte temporal e temático, no qual analisaremos os trabalhos apresentados de 2017 a 2022 no FZDZ que tomam como campo o jornalismo. Neste sentido, nos somamos a outros levantamentos que têm mapeado o que se pesquisa e como se pesquisa na interface estudos de gênero/comunicação, especificamente jornalismo (MARTINEZ; LAGO; LAGO, 2016; MARTINEZ; LAGO; HEIDEMANN, 2022).

Iniciamos a pesquisa apresentando a interface dos estudos de gênero com a comunicação, especificamente o jornalismo para, em seguida, resgatar os mapeamentos

⁶ De forma a contribuir com uma ciência aberta, de acesso livre e público, os dados da presente pesquisa, bem como a análise realizada está disponível em: <https://bit.ly/ResumosFZDZ>.

que olham para o que é produzido no campo. A seguir, entramos na base empírica, composta dos resumos, títulos e palavras-chave do que foi apresentado no FZDZ nestes anos – lembrando que o Encontro não trabalha com texto integrais, mas com resumos expandidos. Como metodologia de classificação do corpus empírico adotaremos categorias estabelecidas recentemente por Mônica Martinez, Cláudia Lago e Vanessa Heidemann (2022), ao analisarem o mesmo tipo de corpus dos encontros dos Grupos de Pesquisa de Jornalismo do Congresso da Intercom. Ao final apontamos para a prevalência de trabalhos mais descritivos e diagnósticos, que ainda não se apropriam verdadeiramente das potencialidades indicadas pelo campo de estudos de gênero e sexualidades.

2. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil

A comunicação é um espaço de igualdade de gênero? Seriam as práticas e processos comunicativos guiados por reflexões sobre desigualdade ou capaz de tencioná-las? Os conceitos que definem os campos da comunicação, notadamente o campo do jornalismo, com sua prática profissional, são envolvidos por valores marcados pelas questões de gênero e sexualidade, além de outros marcadores de desigualdade? Essas são algumas das interrogantes motivadoras da gênese do FZDZ na ECA, em 2017, e que permitem anualmente o encontro e a aproximação de pesquisadoras e pesquisadores interessados neste espaço.

É sabido que os feminismos e ativismos de gênero, nas últimas décadas, tensionaram e modificaram os sistemas democráticos com diálogos sobre a posição relativa das mulheres e dos homens na sociedade, a partir do processo de coexistência na esfera pública. Houve mudanças na compreensão dos papéis baseados no gênero, no sistema binário feminino-masculino, nas relações de trabalho, no convívio familiar, na análise social das desigualdades, no âmbito da sexualidade, na compreensão da identidade do grupo “mulheres”, que reúne experiências e diferenças significativas a partir do prisma classe, raça, etnia, sexualidade, geração, em uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2021).

Nota-se, na produção de conhecimento, principalmente, naquele advindo da universidade – isto é, o saber científico – reconfigurações nos interesses de pesquisa a

partir dessa agenda feminista. Esse incremento se dá no campo de estudos de gênero, que é multi e interdisciplinar, gestado na relação entre feministas e pessoas LGBTQIA+, especialmente, na academia e no ativismo. É assim que notamos temáticas emergentes ou clássicas nos estudos de gênero, como a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2021) e o pensamento decolonial (BALLESTRIN, 2017), a produção de conhecimento proveniente do que identificamos como as pessoas que escapam da régua hegemônica -- que é hetero, branca, cis e ancorada no patriarcado -- ou seja, mulheres, de pessoas LGBTQIAP+, pessoas negras e indígenas, que passam a interrogar a academia com pesquisas e produção de conhecimento sobre a violência de gênero, desigualdade material, participação e representação política, tensionamentos do sujeito do feminismo, racismo estrutural, defesa e produção de conhecimento para além da matriz eurocêntrica.

Na última década, a atuação feminista e a construção de um saber de gênero também se dá na internet. Para Maíra Kubík Mano (2015), os meios digitais têm permitido a escrita de si, por parte de jovens mulheres e a convergência de discursos feministas, multiculturalistas e queer, “[...] uma resposta dispersa e plural à síntese das narrativas do século XX, entre elas a do próprio feminismo, que em sua segunda onda era majoritariamente branco, com poder aquisitivo elevado e concentrado na Europa e nos Estados Unidos” (p. 2). Com isso, há acontecimentos digitais, crescentes no que diz respeito ao volume de participação e repercussão, que frequentemente transpõem o espaço virtual para as ruas. O que não tem passado despercebido do jornalismo.

Ainda para Mano (2017), a análise das notícias e a hierarquia que elas ocupam nos permite medir a valorização ou desvalorização de determinado assunto e seus protagonistas. Para a estudiosa, é comum o tratamento pejorativo e sexista na mídia, o que reitera uma posição de inferiorização das mulheres na sociedade. Posição que não é somente reproduzida na mídia, mas também produzida por ela. Nesse sentido, é necessário refletir e permitir a existência de um jornalismo com perspectiva de gênero.

A perspectiva de gênero no jornalismo tem sido estimulada a partir de estudos como os de Jessica Gustafson Costa (2018) e Gabriela Schander (2021) como “[...] uma crítica à masculinidade hegemônica que se impõe no jornalismo, podendo ser exercido

por veículos hegemônicos ou alternativos. Essa prática torna visível a necessidade de repensar os modos de reprodução de valores dominantes” (SCHANDER, 2021, p. 106).

No exercício profissional, têm crescido o número de iniciativas de jornalismo com perspectiva de gênero e/ou feminista. São arranjos jornalísticos (FIGARO, 2018) nativos digitais que se sobressaem por uma cobertura de empoderamento feminino ou de ótica crítica aos temas de direitos humanos e grupos desprivilegiados. São exemplos a criação de AzMina, Catarinas, Gênero e Número, Nós, mulheres da periferia e Diadorim – práticas que se mostram mais permeadas de narrativas que expressam a subjetividade no jornalismo (MORAES, 2019), ou seja, “que subverte critérios da noticiabilidade, amplia espaço para novas (ou sufocadas) representações e que pode se assumir ativista sem que haja uma recusa da apuração profunda e da checagem de dados” (p. 205) e que é marcada “pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos” (p. 207).

Na esfera internacional, a pesquisadora estadunidense Linda Steiner (2017) diz que os aspectos de gênero no jornalismo definem e representam o que as pessoas podem ser ou fazer socialmente, isso porque os papéis de gênero constroem uma prescrição sobre com o que homens e mulheres podem se envolver. No caso do jornalismo, valores de gênero estão associados com diferenças de atribuição de trabalho, assuntos e diferentes abordagens dadas à rotina jornalística.

Ela também afirma que os estudos de gênero no jornalismo possuem dois caminhos possíveis: (a) gênero nas redações (oportunidades e desigualdades, relações de poder) e (b) representações de gênero nos materiais jornalísticos. Steiner (2017) conclui que pode ser muito produtivo ao Jornalismo imaginar abordagens feministas na apuração (práticas e formas jornalísticas mais contextuais e situadas) e na organização da redação (estruturas de trabalho colaborativas, não competitivas e horizontais), que permitam um trabalho mais profundo, sério e equânime.

Segundo a mais recente versão do *Global Media Monitoring Project* (GMMP, 2020), maior e mais longo monitoramento dos meios, realizado a cada 5 anos desde 1995, envolvendo mais de 100 países a cada edição, o jornalismo ainda não é um lugar efetivo para as mulheres, por mais que as mulheres tenham saído da posição de audiência para também participar da indústria jornalística e de mídia. Todavia, o relatório GMMP, como outros estudos de nível global, mostram que elas estão sub-representadas em todos os

níveis das organizações jornalísticas; enfrentam desafios maiores como jornalistas de opinião e na cobertura noticiosa tradicionalmente associada ao universo masculino (política, economia e esportes, por exemplo).

Em média, segundo o GMMP (2020), 25% das matérias diariamente publicadas no mundo citam mulheres, sendo que elas são maioria na população do planeta. Quando as mulheres estão no noticiário, elas são aproximadas dos lugares tradicionais de gênero, com relatos pessoais e como testemunhas oculares. Se tudo seguir como está, o GMMP aponta que serão necessários 67 anos para atingir a igualdade de gênero nas notícias.

Em 2017, a pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Gênero e Número, apurou que as mulheres no exercício do jornalismo têm pouca segurança no trabalho, menores salários que os homens e sofrem com o machismo por meio de atitudes sexistas e casos de assédio sexual e moral, que são agravados pela falta de denúncia e pela ausência de amparo das empresas de comunicação.

Nos últimos anos, pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em Jornalismo têm fortalecido com estudos e explorações a complexidade de camadas e formas com que a perspectiva de gênero atravessa o mundo das notícias e as redações jornalísticas, mas essa contribuição ainda é tênue. Entre os estudos mais emblemáticos está a contribuição de Marcia Veiga da Silva (2014) cujo trabalho de pesquisa etnográfica em uma redação de um telejornal buscou analisar as concepções de gênero dos jornalistas, com o intuito de perceber se e de que forma essas concepções atravessam a construção das notícias. O diagnóstico final foi de que se expressa a existência de um padrão masculino e heteronormativo no jornalismo.

Desde então, temos visto cada vez mais pesquisas correlatas que endossam o diagnóstico de Veiga da Silva e que também se valem do gênero como categoria de análise, seja por meio de estudos feministas pós-estruturalistas, estudos queer, estudos com referencial crítico de raça, interseccional ou decolonial.

Em investigação sobre a relação entre os estudos de gênero e a pesquisa em Jornalismo no Brasil, a partir de artigos publicados entre 2003 e 2014 nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores/as em Jornalismo, Martinez, Lago e Lago (2016) apontam um boom nas investigações, ainda com grande potencial de crescimento. A

ressonância dos estudos de gênero no jornalismo tende a ocorrer, no diagnóstico das pesquisadoras, com autores já consagrados, com ênfase em aportes teóricos estrangeiros em detrimento dos nacionais e com uma tendência ao diálogo de superfície, isto é, com a falta de apresentação de conceitos e noções de modo mais consistente e profunda, sendo assim gênero é uma categoria mais temática e descritiva do que analítica, na maior parte dos estudos em vigor.

Em pesquisa subsequente, mas com base nos dados dos grupos de pesquisa em jornalismo da Intercom, Martinez, Lago e Heidemann (2022) apontam o maior volume de estudos no Intercom Jr, acadêmico criado para acolher trabalhos de estudantes de graduação em Comunicação, um sinalizador do interesse e envolvimento de jovens pesquisadores/as com a temática. Por outro lado, a adoção do conceito de gênero prossegue como uma questão temática e pouco como uma categoria de análise (Scott, 1995), capaz de “consolidar a perspectiva de pensar a forma como o jornalismo está intrinsecamente relacionado aos sistemas que constroem as desigualdades - de gênero especialmente, mas também de raça e classe, para ficarmos nos três marcadores principais que podem ser chamados à cena a partir do conceito” (MARTINEZ, LAGO E HEIDEMANN, 2022, p. 9).

Nota-se que o interesse pelas questões de gênero no jornalismo é um movimento assumido, principalmente, por mulheres acadêmicas. Em mapeamento sobre a categoria mulher em teses e dissertações sobre jornalismo, Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida (2018) conta que a Comunicação e o Jornalismo, desde o início da Pós-Graduação, tiveram uma presença significativa de mulheres, o que pode estar relacionado ao acesso das mulheres como professoras universitárias e pesquisadoras e a entrada delas no mercado de trabalho, que só cresce no caso jornalístico como consequência da feminilização da profissão⁷, a década de 2010 marca a presença majoritária de mulheres nas redações.

Na pesquisa em jornalismo, realizada por mulheres, Cremilda Medina, Zélia Leal Adghirni, Marialva Barbosa e Dulcília Buitoni são algumas das pesquisadoras brasileiras

⁷ Silvia Yannoulas (2011) aponta que a feminilização da profissão, isto é, a entrada massiva de mulheres não corresponde à feminização da profissão, o que seria a mudança das estruturas masculinistas a partir desta entrada.

de referência. Aliás, esta última se destaca pelo enfoque de gênero no trabalho de pesquisa “Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira” (1981), um dos pioneiros, relançado em 2009. Todavia, as contribuições das mulheres, mesmo quando têm a preocupação de formular ou contribuir com uma teoria do jornalismo, não são percebidas e disseminadas da mesma maneira que a fundamentação criada por homens (estudos mais aprofundados envolvendo bibliometria, por exemplo, seriam necessários para comprovar nossa hipótese). Podemos lembrar da relevância dada pelo campo de pesquisa por Adelmo Genro Filho e José Marques de Melo, só para citar alguns.

Gabriela Almeida (2018) encontrou 223 teses e dissertações sobre jornalismo que enfocam estudos feministas ou de gênero, dentro de 13.227 pesquisas defendidas que se relacionam com a Comunicação, no período de 1972-2015. Dentro desse universo, ela se ateve aos estudos que têm mulheres como questão principal, mas a descoberta foi semelhante à de Tainan Pauli Tomazetti (2019), cujo mapeamento de estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação (1972-2015), também encontrou duas vertentes principais ou caminhos: os estudos feministas, sobre representações do universo feminino, e os estudos LGBT/queer, voltados à produção das diferenças de gênero e constituição das sexualidades.

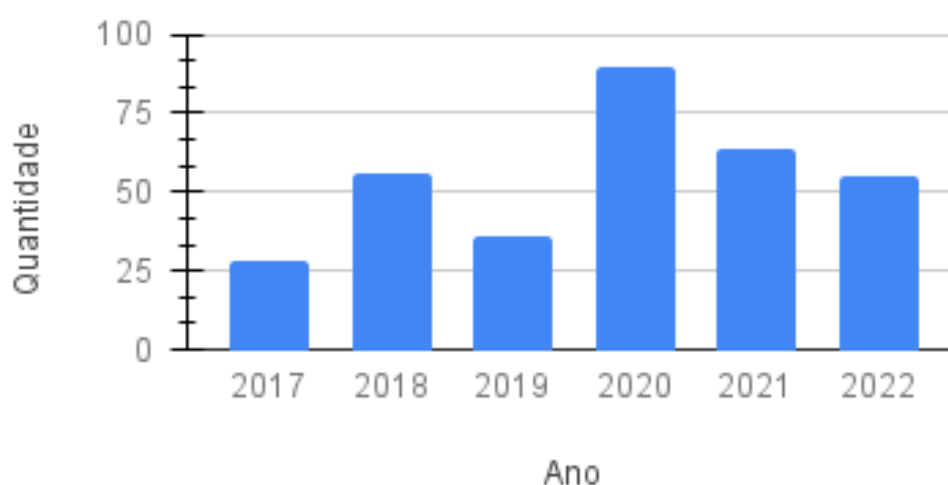
Em conjunto, os levantamentos mostram um quadro atual que sinaliza para uma dificuldade em tecer relações epistemológicas entre o jornalismo e os estudos de gênero. De que ainda não é possível uma teorização do campo jornalístico que ultrapasse o valor masculino, já que as reflexões em nossa literatura acadêmica ainda são compostas majoritariamente de estudos descritivos, esporádicos e pontuais, sem o devido esforço para sua consolidação, o que talvez esteja em transformação desde 2010, mas que nos leva a interrogar: a relação com o conceito de gênero no FZDZ Gênero segue a mesma tendência?

3. Os trabalhos apresentados nos Encontros FZDZ de 2017 a 2022

Tivemos como objetivo empírico deste trabalho a análise dos resumos apresentados em todas as edições do Encontro FZDZ Gênero na ECA-USP, até o momento da escrita deste artigo, ou seja, entre 2017 e 2022. Deste universo de trabalhos,

selecionamos os que apresentaram diálogo entre jornalismo e gênero. Como já referido, o evento é realizado anualmente e até 2022 contou com todas as edições, presenciais ao início, remotas durante a pandemia de Covid-19 e de forma híbrida após o retorno das atividades presenciais. Durante este período o Encontro teve a apresentação de 329 trabalhos, distribuídos conforme o gráfico abaixo.

Figura 1: Quantitativo geral de resumos/ano



Fonte: Elaboração autoral

Se observarmos as palavras que aparecem em maior frequência neste período, veremos que há uma predominância nos termos Gênero, Jornalismo e Mulheres, como indica o gráfico a seguir:

Figura 2: Gráfico de Bolhas – Gênero, Jornalismo e Mulheres



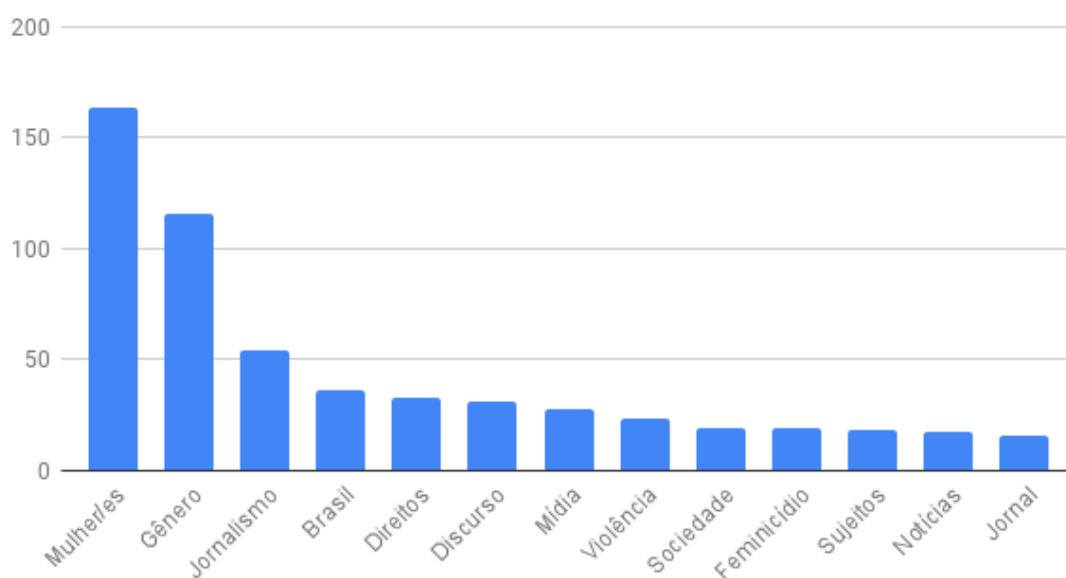
Fonte: Elaboração autoral, com auxílio do programa Voyant Tool.

A partir do Gráfico de Bolhas (Figura 2), é possível analisar a presença das palavras com maior recorrência ao longo dos 6 anos: Gênero, na cor azul, Jornalismo, na cor lilás e Mulheres, na cor verde. A palavra Gênero aparece com maior frequência em 2018 (35) e 2022 (35), seguido de 2021 (17), 2020 (15), 2017 (8), 2019 (7). Já a palavra jornalismo aparece com maior frequência no ano de 2022 (18), seguido de 2020 (15), 2018 (9), 2021 (7), 2017 (4) e 2019 (1). Por fim, a palavra Mulheres aparece com maior frequência em 2022 (40), 2021 (34), 2018 (22), 2020 (17), 2017 (2), 2019 (1).

Fazendo um balanço geral sobre os artigos que articularam estudos de jornalismo e gênero (Figura 3), observamos que foram apresentados três trabalhos em 2017, sete em 2018, um em 2019, sete em 2020, nove em 2021 e 18 em 2022, totalizando 45, em um universo de 329 trabalhos.

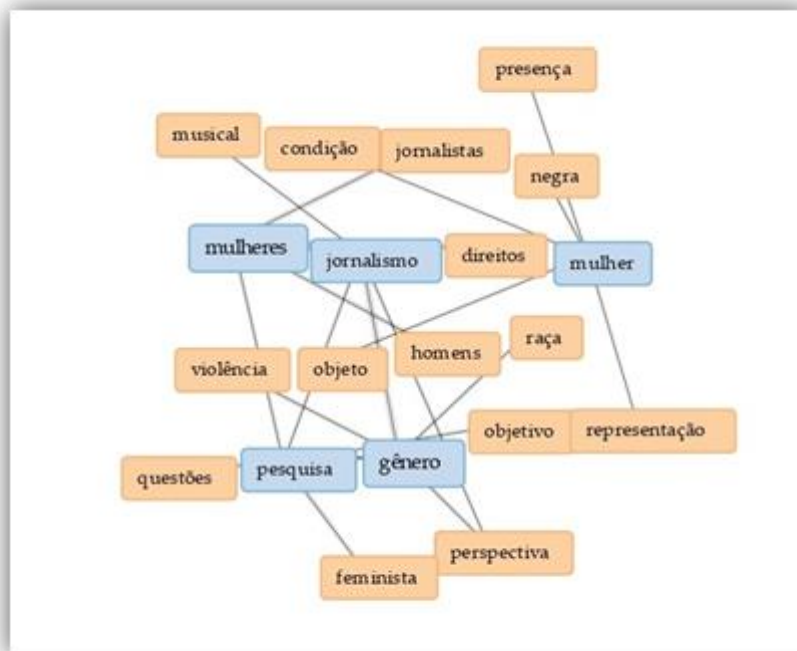
Em termos metodológicos, além de observar o número de pesquisas submetidas ao evento, realizamos análise do conteúdo com estatísticas textuais dos resumos apresentados, com auxílio do programa Voyant Tool. Assim, se observarmos os termos dos mais utilizados (quantitativamente), no conjunto de textos dos resumos, temos: mulher/es (164), gênero (116), jornalismo (54), Brasil (36), direitos (33), discurso (31), mídia (28), violência (23), sociedade (19), feminicídio (19), sujeitos (18), notícias (17), jornal (16).

Figura 5: Termos mais utilizados nos resumos



Fonte: Elaboração autoral.

Figura 6: Correlações entre os termos



Fonte: Elaboração autoral, com auxílio do programa Voyant Tool.

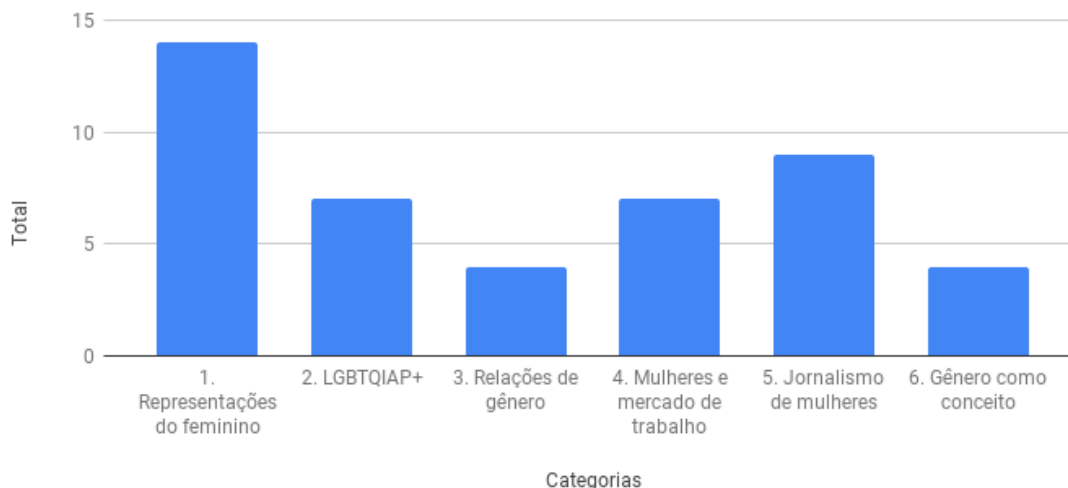
Quando observamos os contextos e as correlações entre as palavras (Figura 6), podemos notar que os trabalhos também trouxeram a interseccionalidade para o debate, incluindo a representação das mulheres negras no jornalismo, as presenças (e ausências) destas mulheres nos discursos noticiosos. A representação das mulheres de forma objetificada também aparece nesta rede de palavras formada pelos resumos do FZDZ. Violência de gênero é uma relação importante nos textos e aparece com certo destaque. Já a masculinidade está bastante ausente nos trabalhos, pois o termo homem aparece apenas 10 vezes e suas relações na rede de palavras aparecem nos contextos de discussões LGBTQIAP+ ou como exemplo nos discursos machistas no jornalismo.

Além da análise a partir da recorrência das palavras, dividimos os trabalhos a partir de categorias já esboçadas (MARTINEZ; LAGO; HEIDEMANN, 2022). As autoras, como já foi indicado anteriormente, debruçaram-se nos trabalhos apresentados de 2016 a 2020 nos grupos de pesquisa de Jornalismo e no Intercom Jr. Neste sentido propuseram seis categorias, que adotamos neste trabalho: 1. Representações do Feminino,

com trabalhos que apontam “como os suportes jornalísticos, especialmente a mídia *mainstream*, constroem representações acerca deste feminino” (p. 5); 2. LGBTQIAP+ com estudos que “investigam as representações construídas pela mídia em relação às pessoas ou temáticas LGBTQIAP+” (p. 5); 3. Relações de gênero com “trabalhos que tratam das representações a partir de uma perspectiva um pouco mais ampliada (...) cotejam representações de masculino e feminino, ou apropriam-se de gênero como um conceito, em certa medida, relacional” (p. 5); 4. Mulheres e mercado de trabalho, com estudos que pensam as mulheres dentro do campo jornalístico profissional; 5. Jornalismo de mulheres, com “pesquisas que enfocam o jornalismo produzido por mulheres, podendo ou não ser considerado feminista” (p. 6) e, por fim, 6. Gênero como conceito, com trabalhos “que aproximam as questões de gênero ao jornalismo a partir de uma perspectiva conceitual” (p. 6), ou seja, apontam para a problematização da produção jornalística em moldes masculinistas (VEIGA DA SILVA, 2014) e apontam para outras epistemes para o jornalismo. Importante ressaltar que as categorias, especialmente as com maior número de trabalhos, são marcadas por abordagens, temas, objetos e metodologias bastante distintas.

Tivemos no decorrer dos anos analisados, a apresentação de trabalhos prioritariamente na categoria 1 Representações do feminino (quatorze); nove na categoria 2 Jornalismo de Mulheres; sete na categoria 2. LGBTQIAP+ e sete na categoria 4 Mulheres e mercado de trabalho. Nas categorias 4 Relações de gênero e 6 Gênero como conceito, tivemos quatro trabalhos em cada. O gráfico (Figura 7) ilustra esta proporção:

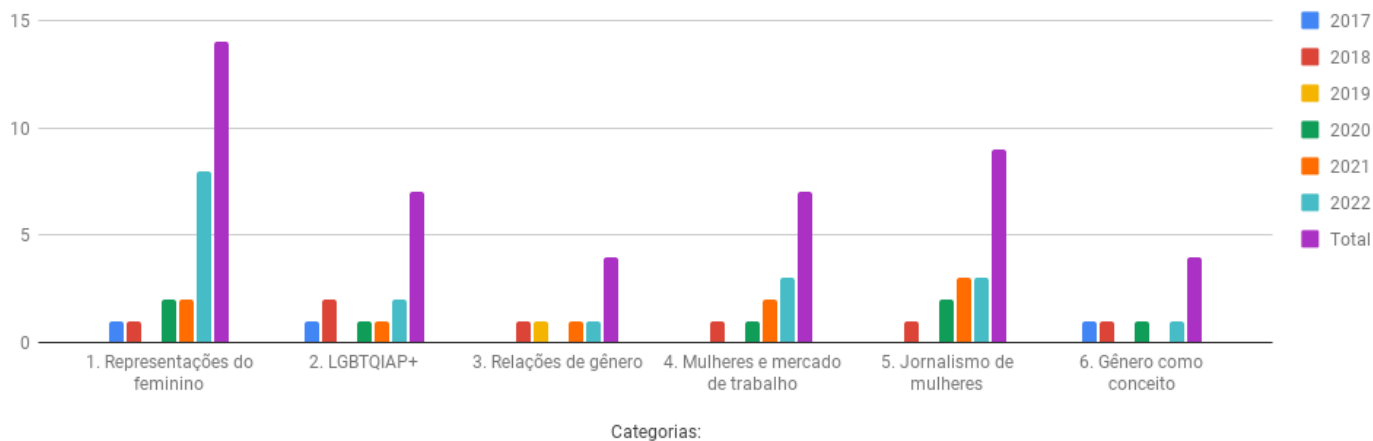
Figura 7: Total de trabalhos em cada categoria (2017-2022)



Fonte: Elaboração autoral.

Comparando os anos de apresentação, temos que, dos três trabalhos apresentados em 2017, um se enquadra na categoria 1; um na categoria 2; e um na categoria 6. Em 2018, dos sete trabalhos, temos um na categoria 1; dois na categoria 2; um na categoria 3; um na categoria 4; um na categoria 5; e um na categoria 6. Em 2019 tivemos apenas um trabalho, enquadrado na categoria 3. Em 2020 temos dois trabalhos na categoria 1; um trabalho na categoria 2; um trabalho na categoria 4; dois trabalhos na categoria 5; e um trabalho na categoria 6. Em 2021, os nove trabalhos, temos dois na categoria 1; um trabalho na categoria 2; um trabalho na categoria 3; dois trabalhos na categoria 4; e três trabalhos na categoria 5. Em 2022, ano de maior número de trabalhos (18), temos a grande maioria, oito, na categoria 1; dois na categoria 2; um na categoria 3; três na categoria 4; três na categoria 5; e um na categoria 6. O gráfico (Figura 8) abaixo mostra esta disposição.

Figura 8: Número de trabalhos apresentados por categoria (2017-2022)



Fonte: Elaboração autoral.

4. Discussão dos resultados

Como primeiro aspecto da discussão do corpus analisado, podemos apontar um crescimento ao longo dos anos, fora o ano de 2019, quando, já pontuado, a extrema direita tomou de assalto o governo brasileiro. Durante a campanha, o candidato desta facção havia ameaçado realizar uma verdadeira caçada aos que ousassem defender o discurso a favor da diversidade de gênero e o jornalismo foi atacado pelo ex-presidente inúmeras vezes durante seu governo. É interessante notar, assim, que nenhuma pesquisa diretamente sobre jornalismo e gênero foi submetida. Tivemos apenas um artigo, justamente a respeito do processo de desinformação deflagrado durante a campanha e o combate à “ideologia de gênero” “...que reflete ações transnacionais movidas por uma retórica reacionária antifeminista e anti-LGBT, de ataque à pesquisa e às teorias sobre gênero...” (GONÇALVES, 2019, p. 1)⁸.

O crescimento observado posteriormente, acreditamos, se dá por diversas razões: aumento de pesquisas nesta área no Brasil, em virtude dos ganhos em termos de lutas e visibilidade dos movimentos sociais na internet (CASTELLS, 2017), a primavera

⁸ Publicado posteriormente como: GONÇALVES, G.; COUTINHO NETO, N. S. Disputas comunicativas em torno de gênero: cruzadas e resistências no Brasil e na Nossa América. In: Heloiza Matos; Patrícia Gil. (Org.). Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito. 1 ed. São Paulo: ECA-USP, 2019, v. 1, p. 201-236.

feminista no Brasil (HOLLANDA, 2018), os movimentos de resistência à onda reacionária nacional, sobretudo da comunidade LGBTQIAP+. O evento também ganhou uma dimensão nacional quando se tornou forçadamente remoto em 2020, ano em que recebeu uma grande quantidade de trabalhos de diferentes partes do Brasil.

Em relação às temáticas que aparecem nos levantamentos, se olharmos em um primeiro momento para as frequências das palavras (página 12 deste trabalho), elas podem nos ajudar a traçar algumas tendências em relação aos temas mais abordados, indicando a forte presença das questões relacionadas às mulheres, com destaque para o feminicídio, algo que já havia aparecido na literatura. A seguir, temos as questões de gênero que, de forma mais ampla, englobam a comunidade LGBTQIAP+ e o jornalismo enquanto temas. Também notamos o recorte nacional dos trabalhos, a importância dos direitos das minorias, a violência (que se une ao feminicídio, ampliando o debate). E, também, o recorte dos sujeitos como objeto de análise nos discursos jornalísticos.

Quando voltamos para a organização dos trabalhos em categorias, percebemos também uma concentração nas categorias que gravitam em torno do que podemos identificar enquanto universo do feminino. Dos 45 trabalhos apresentados, 30 se dedicam a pensar as representações sobre as mulheres em diversos contextos midiáticos (14), a analisar o jornalismo feito por mulheres (9) ou a pensar as relações das mulheres jornalistas no mercado de trabalho (7). Em que pese a necessidade de trabalhos deste tipo, que apontam para monitoramento dos meios, algo apontado por inúmeros coletivos e organizações internacionais como essenciais para interferir na catastrófica relação entre meios e equidade de gênero (GMMP, 2020), estes trabalhos ainda estão, nos parece, na alçada do que Scott (1995), referindo-se aos estudos de gênero no campo da História, identificou como o “puxadinho”. A História com H maiúsculo continuava sendo feita nos moldes excludentes, enquanto na periferia do campo (no polo de dominados/as, diríamos), se constituía uma história “das mulheres”, como se as mulheres não estivessem envolvidas em todos os processos históricos e como se fosse possível narrar uma História a partir unicamente do lugar de homens, brancos, cis, hetero e norte centrados.

Ao mesmo tempo, observa-se a presença de trabalhos (7) que abordam as questões LGBTQIAP+, muitos ancorados em teorias que questionam veementemente a binaridade dos gêneros. Trabalhos que Tomazzetti (2019) identificou em sua pesquisa como

relacionados aos estudos queer. No entanto, muitos destes trabalhos ainda se organizam a partir da chave de identificação das representações, como os discutidos acima, ou seja, também ficam dentro do “puxadinho”.

Se pensarmos nas categorias que identificam trabalhos com maior aproximação a uma mudança epistêmica para pensar o campo jornalístico, a partir da incorporação das problematizações constituídas no campo de estudos de gênero, as categorias 3. Relações de gênero e, especialmente 6. Gênero como conceito, estruturantes das pesquisas, veremos que o total de trabalhos é de quatro em cada, ou seja, 8 de um universo de 45 – cerca de 18% do total de pesquisas sobre jornalismo. E são produções que se espalham nos anos, não indicam um crescimento constante.

Outro dado importante a agregar a esta análise são trabalhos que trazem a interseccionalidade para o debate. Em nossa base, por título, resumo e palavras-chave, encontramos no decorrer do período seis trabalhos, dois em 2020 e quatro em 2022. A presença destes em maior número em 2022 aponta, talvez, para um crescimento desta vertente, essencial para problematizar a relação do jornalismo com a manutenção e constituição do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

Esta pesquisa não pretende responder o porquê desta configuração indicada, que parece privilegiar trabalhos mais descritivos, de monitoramento e diagnóstico do que trabalhos que consigam fazer circular outras chaves de leitura propostas pelo campo de estudos de gênero, para pensar e/ou atuar sobre o campo jornalístico. Em termos de hipóteses a serem investigadas futuramente, contudo, podemos indicar que pensar o jornalismo a partir de outras epistemes, não apenas questionando o modelo hegemônico vigente, mas propondo outras formas de fazer e estruturar o campo depende de um aprofundamento teórico que, talvez ainda seja necessário para as pessoas que propõem as pesquisas. Como já temos apontado em estudos anteriores (TOMAZETTI, 2019) quando olhamos para quem está produzindo estes questionamentos, geralmente encontramos pesquisadores/as jovens, em início de carreira. Isto é um sinal dos tempos e, provavelmente, um bom augúrio, se estes/as pesquisadores/as jovens se mantiverem no campo acadêmico com suas inquietações com possibilidade de implosão das lógicas hegemônicas vigentes: brancas, hetero, cis, patriarcais e eurocêntricas, também na academia.

Referências

ABRAJI; Gênero e Número. **Pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br>. Acesso em 7 ago. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Jornalismo e Comunicação no Brasil (1972-2015)**. 2018. 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

COLLINS, PATRICIA HILL; BILGE, SIMAR. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

DE LAURENTIS, Teresa. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FIGARO, Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

GMMP. **Global Media Monitoring Project 2020**. Who Makes the News? 2021. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports>. Acesso em: 7 ago. 2022.

GONÇALVES, Gean. Disputas em torno do gênero: a cruzada na comunicação social. In: **3º Fazendo e Desfazendo Gênero na ECA**. 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

MANO, Maíra Kubík Taveira. Internet, feminismos e a possibilidade de unidades provisórias. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 4, 2015. DOI: 10.29397/reciis.v9i4.1058. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1058>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MANO, Maíra Kubík Taveira. De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 39, p. 09–20, 2018. DOI: 10.23925/ls.v21i39.35874. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/35874>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2 maio/ago. 2016.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: A relação tênue continua. **Revista Famecos**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. e41919, 2022. DOI: 10.15448/1980-3729.2022.1.41919. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/41919>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo**: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina. 2021. 210f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

STEINER, Linda. Gender and Journalism. **Oxford Research Encyclopedias**, Communication, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91>.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TOMAZETTI, Taínan Pauli. **Genealogias dissidentes**: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção de notícias. Série Jornalismo a rigor. v.8. Florianópolis: Insular. 2014.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização. Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, jul./dez 11(22), 271-292, 2011.